

AGENDAVITÓRIA

2008 / 2028



Assistência social

Jeane Andréia Ferraz Silva

Mônica Paulino de Lanes

Metodologia

- Revisão bibliográfica (Questão Social, Pobreza, Política Social)
- Pesquisa documental:
 - Na Prefeitura Municipal de Vitória (Relatórios; PMAS; CADÚnico)
 - No IPES – levantamento da situação da pobreza e desigualdade social em Vitória.

Coleta de dados:

Reuniões:

- Conselhos de Assistência Social para discussão das seguintes questões: a) Qual a visão que temos hoje da Assistência Social na cidade de Vitória? b) Que aspectos são importantes para se pensar o futuro da assistência social em Vitória? Que assistência social queremos ter em Vitória?
- Usuários atendidos nos níveis básico (CRAS), média e alta complexidade para discussão das seguintes questões: a) qual o significado da assistência social (serviços/benefícios) para sua vida? b) que necessidades a assistência social não vem atendendo? c) que assistência social deseja ter em Vitória?
- Secretária da SEMAS e demais gestores para discussão das seguintes questões: a) como ocorre a gestão da assistência social na cidade de Vitória? b) que dificuldades são sentidas no processo de gestão? C) que demandas e respostas estão sendo dadas frente à situação de pobreza da população?
- Trabalhadores da Política de Assistência Social para discussão das seguintes questões: a) como estão as condições e relações de trabalho nesta área? b) Qual o papel do trabalhador no fortalecimento da política de AS e particularmente do usuário? c) Que propostas/desafios tem-se na construção do SUAS?

PROBLEMATIZAÇÃO

- De acordo com Yazbek (1999: 50-51), historicamente, *a assistência tem sido uma das estratégias acionadas pelo Estado para enfrentar a questão social e não se dissocia (...) das relações que caracterizam a sociedade de classes.* Portanto, a assistência é indissociável da questão social e do próprio trabalho, haja vista que é do trabalho, de sua proteção e garantia que se constituíram, em um processo de conquistas, os direitos sociais e, portanto, a Seguridade Social.
- Segundo Boschetti (2000: 140), o reconhecimento da assistência social como direito social pela Constituição de 1988 e sua regulamentação pela LOAS, significou para a mesma, fim da travessia do deserto, pois esse reconhecimento, *apresenta-se como a ocasião privilegiada para superar sua compreensão corrente como dever moral da ajuda e entendê-la como dever legal de garantia de benefícios e serviços sociais.*

- Boschetti (2000, 2003) aponta as inovações jurídico-conceituais no âmbito dos direitos assistenciais, que submetem essa política a alguns imperativos e particularidades.
- A primeira é a primazia da responsabilidade estatal na condução da política em cada esfera de governo, de modo que a obrigação de assegurar as condições financeiras, institucionais e políticas necessárias à sua materialização é do Estado.
- A segunda é que a assistência social é concebida como direito gratuito e não contributivo, significando que sua natureza social a situa na esfera do atendimento às necessidades sociais, não podendo sujeitar-se às exigências da rentabilidade econômica. Não pode ser comprada e/ou vendida como mercadoria e nem pode gerar lucro para quem a implementa, seja órgão governamental ou não-governamental. Disto decorrem duas implicações: 1- o acesso do usuário ao direito assistencial não pode ser vinculado a nenhum tipo de contribuição direta; 2- as entidades assistenciais não-governamentais não podem obter lucro, devendo ser, por natureza, sem fins lucrativos.

- Como terceira particularidade, os direitos previstos (programas, projetos, benefícios e serviços) pela LOAS apresentam características diferenciadas: a) os benefícios caracterizam-se como um direito pessoal e intransferível com pagamento em espécie, condicionado à existência e comprovação da situação de necessidade e categorial (renda, idade, deficiência física e mental, natalidade, morte); b) os serviços, programas e projetos abrem a possibilidade de ampliação das ações assistenciais, pois podem assumir a perspectiva de bens coletivos e colocar à disposição de um número maior de pessoas oportunidades comuns de acesso a bens e serviços públicos, assumindo um caráter de política preventiva.
- A abrangência de direitos, como a quarta particularidade, coloca que a assistência social defronta-se permanentemente com o binômio seletividade versus universalidade.
- O princípio da **universalização** indica que a assistência social deve ser entendida e implementada tendo como horizonte a redução das desigualdades sociais. A universalidade assume dois sentidos: 1- garantir o acesso aos direitos assistenciais a todo o universo demarcado pela LOAS; 2- articular a assistência às demais políticas sociais e econômicas, tendo como perspectiva a construção de um sistema de proteção social contínuo, sistemático, planejado, com recursos garantidos no orçamento público das três esferas governamentais, com ações complementares entre si. Aqui, a política de Assistência Social cumpre o seu papel de forma preventiva e não curativa, paliativa; atuando na pobreza relativa, avançando no patamar de direito.

EXCLUSÃO

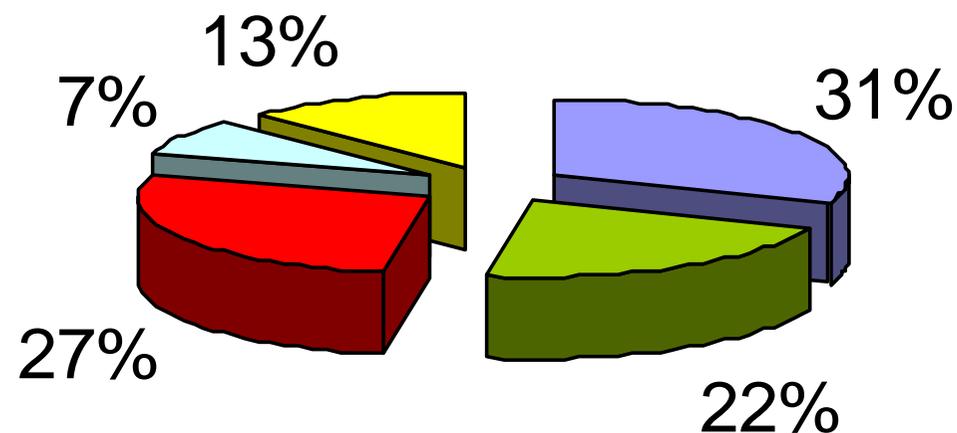
- Yamamoto (2007:165) apud Amann (2003) coloca que há uma multiplicidade de denominações proposta pelos estudiosos do tema “exclusão social”, entre os quais, destaca: “desqualificação (Paugan, 2003), desfiliação (Castel, 1998), apartação (Buarque, 1993) e inclusão perversa (Martins, 2002).
- A noção de exclusão/inclusão social são denominações estranhas à realidade sócio-política e cultural brasileira. Se o debate surge com maior ênfase na Europa e, particularmente na França, num contexto de desestruturação do Estado de Bem-Estar Social (ou Estado Providência como assim o denominam os franceses), não é possível transpor este conceito no Brasil, pois aqui não tivemos um Estado que universalizou e estendeu os direitos sociais à população brasileira. Lá Castel (1998) fala de “desfiliação” do sujeito social da rede de sociabilidade (trabalho, direito, proteção) mantida pelo Estado.
- Martins (2002) questiona o rigor analítico e a novidade da noção “exclusão” e denuncia a sua fetichização conceitual que tudo e nada explica. Defende não existir sociologicamente “exclusão”, pois toda a dinâmica da sociedade capitalista “se baseia em processos de exclusão para incluir (...). A palavra exclusão (...) não conta a consequência mais problemática da economia atual, que é a inclusão degradada do ser humano no processo de reprodução ampliada do capital (Martins, op. cit: 120, 125).” Para o autor, os dilemas são os da inclusão precária e instável, marginal.

- O apelo à exclusão supõe a insuficiência da teoria das classes diluindo a figura da classe trabalhadora na do excluído, que não é um sujeito de destino, destituído da possibilidade de fazer história. A noção de exclusão escamoteia o caráter de classe, pois a exclusão é do indivíduo e não da classe. Tende a equalizar a contradição, ratificando a inclusão como saída para a exclusão; estamos incluindo de alguma forma, mesmo que essa inclusão seja precária, focalista, fragmentada.

Rendimento médio nominal das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares

Rendimento	Homens	Mulheres	Total
S/ rendimento	2.931	2.000	4.931
Até ½ SM	169	225	394
½ a 1 SM	3.458	4.488	7.946
1 a 2 SM	7.227	4.845	12.072
2 a 3 SM	5.247	2.522	7.769
3 a 5 SM	7.006	3.440	10.446
5 a 10 SM	10.294	5.155	15.449
10 a 15 SM	5.153	2.123	7.276
15 a 20 SM	4.638	1.488	6.126
Mais de 20 SM	8.575	1.805	10.380
TOTAL	54.690	28.091	82.789

Rendimento médio nominal das pessoas reponsáveis pelos domicílios particulares - 2000



Índice de Desenvolvimento Humano – 2000

Município	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa bruta de frequência escolar (%)	Renda per capita (em R\$ de 2000)	Índice de longevidade (IDH M-L)	Índice de educação (IDH M-E)	Índice de renda (IDH M-R)	Índice de Desenv. Humano Municipal (IDH-M)
Cariacica	67,16	91,30	80,65	215,20	0,703	0,878	0,669	0,750
Fundão	69,03	87,47	77,74	229,92	0,734	0,842	0,680	0,752
Guarapari	72,02	91,08	79,58	277,93	0,784	0,872	0,712	0,789
Serra	67,32	91,68	85,52	233,94	0,705	0,896	0,683	0,762
Viana	67,05	90,43	81,27	175,43	0,701	0,874	0,635	0,737
Vila Velha	69,05	94,70	89,01	443,79	0,734	0,928	0,790	0,817
Vitória	70,74	95,48	93,36	667,67	0,762	0,948	0,858	0,856

Rendimento do Trabalho

População Ocupada, segundo faixa de rendimento de todos os trabalhos – 2000

Faixa de renda mensal em Salário mínimo	Total da população ocupada	População ocupada de 10 a 14 anos	População ocupada de 15 a 24 anos	População ocupada de 60 anos e mais
Sem rendimentos	1.929	134	846	111
Até 1/2 SM	1.917	215	799	170
Mais de ½ a 1 SM	13.807	87	5.845	464
Mais de 1 a 2 SM	29.773	66	10.061	842
Mais de 2 a 3 SM	14.436		3.391	424
Mais de 3 a 5 SM	17.043		2.437	600
Mais de 5 a 10 SM	22.026	11	1.454	779
Mais de 10 a 20 SM	15.185		283	550
Mais de 20 a 30 SM	4.262		77	129
Mais de 30 SM	5.301		64	346
Total	125.679	513	25.257	4.415

Fonte: IBGE. Microdados do Censo 2000.

População Idosa

REGIÃO	POP. TOTAL	POPULAÇÃO O 60 ANOS E +	%	POPULAÇÃO O 60-64 ANOS	%	IDOSOS NÃO ALF
Centro	18.853	2.870	15,22	700	3,71	270 (9,4)
Santo Antônio	36.600	3.022	8,25	913	2,49	619 (20,48)
Jucutuquara	33.743	3.401	10,07	998	2,95	610 (17,93)
Maruípe	53.312	4.477	8,39	1.471	2,75	1192(26,62)
Praia do Canto	28.293	3.490	12,33	1.024	3,61	99 (2,83)
Continental	83.092	6.977	8,39	2.299	2,76	536 (7,68)
São Pedro	28.718	1.243	4,32	443	1,54	629 (50,60)
TOTAL	282.611	25.480	9,10	7.848	2,77	3955(15,67)

Trabalho Infantil

População de 10 a 14 anos por condição de ocupação,
segundo frequência escolar – 2000

Condição de ocupação/frequência escolar	Não trabalha	Trabalha	Não trabalha mas procura trabalho	Total de pessoas de 10 a 14 anos
Frequente escola	24.265	458	542	25.265
Não frequente escola	608	55	599	719
Total	24.872	513	599	25.984

Crianças e adolescentes e a violação dos direitos

**Região de origem de crianças e adolescentes atendidos
pelo Conselho Tutelar de Vitória**

REGIÃO	CRIANÇAS	ADOLESCENTES	TOTAL	%
Centro	43	32	75	9,29
Santo Antônio	79	66	145	17,96
Jucut/Bento Ferreira	77	57	134	16,60
Maruípe	108	55	163	20,19
Praia do Canto	8	4	12	1,48
Continental	38	16	54	6,69
São Pedro	90	43	133	16,48
Outros municípios	33	58	91	11,27
Total	476	331	807	100,0

Violações de direitos de crianças e adolescentes em Vitória - janeiro a maio de 2005

VIOLAÇÕES	Nº
Abandono familiar	22
Agressão física	37
Agressão física a outra CA	16
Alcoolismo e drogas	31
Ameaças de morte	04
Ato infracional	25
Cárcere privado	04
Comportamento rebelde	122
Conflito familiar	116
Criança e adolescente desaparecido	04
Espancamento	11
Faltas reiteradas à escola	24
Evasão escolar	51
Fora do local de origem	25
Gravidez	06
Maus tratos na escola	07
Negligência familiar	134
Pedido de guarda	42
Pedido de pensão	02
Permanência na rua	59
Prostituição	01
Requisição de certidão de nascimento	07
Requisição de vaga em Cmei	38
Requisição de vaga em Emef	111
Trabalho infantil	02
Violência Psicológica	07
Violência Sexual	20
Violência sexual contra outra criança	06
Outras	45

Crianças e Adolescentes em Situação de rua – Junho/2006

Levantamento feito pelo Serviço de Atendimento Social de Rua da Semas, apontou:

- 85 crianças e adolescentes em situação de rua, dos quais 34,15% eram crianças (0 a 12 anos incompletos) e 65,85 adolescentes (12 a 18 anos).
- Deste total, 18% são de Cariacica, 2% da Serra, 2% de Vila Velha e 78% de Vitória, com maior incidência da região de São Pedro.
- Quanto à idade, 4,07% possuem de 6 a 8 anos; 11,38% de 8 a 10 anos; 18,70 % de 10 a 12 anos; 36,59% de 12 a 14 anos; 15,45% de 14 a 16 anos e 13,82% de 16 a 18 anos.
- Um percentual de 80,49% estão na rua, o que significa que têm vínculos familiares preservados e voltam para casa todos os dias, e 19,51% são de rua. Nestes casos, os vínculos familiares se romperam e a rua é o espaço de sobrevivência, de satisfação de necessidades, de formação de grupos e reconstituição de vínculos com outros adolescentes ou com pais de rua.

Adultos em situação de rua

- Formam um grupo heterogêneo: catadores de material reciclável, portadores de transtornos mentais, pedintes, artesãos, malabares, flanelinhas (que têm o estatuto de trabalhador reconhecido por lei). Mais recentemente tem aparecido um novo grupo constituído por jovens ameaçados de morte em seus bairros.
- Vitória tem cerca de 145 pessoas adultas em situação de rua e 62 abrigadas.
- Muitos deles viveram em instituições desde a infância, são institucionalizados. Têm baixa escolaridade e quase nenhuma experiência profissional, além de terem adquirido doenças infecto-contagiosas (tuberculose, DST's, hepatite, pneumonia) e não terem acesso fácil ao tratamento. Cerca de 98% deles são dependentes de algum tipo de droga, a maioria de álcool, e 40% têm transtorno mental.

Catadores de materiais recicláveis

Segundo dados da GAMPR (Gerência de Atenção ao Migrante e à População em Situação de Rua), Vitória tem cerca de 450 catadores e 100 sucateiros (pequenos, médios e grandes depósitos). Aproximadamente 2.000 pessoas sobrevivem desta atividade.

Adolescentes em conflito com a lei

- Cerca de 4% deles vêm de famílias com renda familiar mensal de até meio salário mínimo, 33% de famílias com até um salário mínimo e 51% de famílias com renda mensal de um a três salários mínimos. 12% vêm de famílias com renda de mais de quatro salários mínimos. Cerca de 73% deles vêm de famílias com melhor rendimento, o que permite concluir que a pobreza não é determinante da situação de conflito com a lei.
- Os atos infracionais mais cometidos foram (mais de um às vezes pelo mesmo adolescente): tráfico (art. 12 e 14 da Lei 6368) com 22,2%, furto (art. 155) com 20,1%, roubo (art. 157) com 17,1%, uso de drogas (art.16) com 12,3%, porte ilegal de armas (art.14 e 16 da Lei 10.826/03) com 10,7% e outros com 17,6%. Os adolescentes vêm predominantemente das regiões de Maruípe (79), Santo Antônio (41)

População Jovem por Região

Região	População Total	15-24 anos
Centro	18.853	3.468
Santo Antônio	36.600	7.596
Jucutuquara	33.743	6.850
Maruípe	53.312	10.990
Praia do Canto	28.293	5.828
Continental	83.092	17.094
São Pedro	28.718	6.395
TOTAL	282.611	58.221

Pessoa com Deficiência

Tipo de Deficiência	Homens	Mulheres	TOTAL
Mental permanente	2.156	2.226	4.382
Física (tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente)	881	650	1.531
Física (falta de membro ou parte dele)	339	259	598
Visual	8.158	12.468	20.625
Auditiva	4.491	4.201	8.692
Motora	4.536	8.610	13.146
TOTAL	20.561	28.414	48.975

FAMÍLIAS POBRES EM VITÓRIA

- Famílias pobres em Vitória (PNAD – 2004) - 10.419.
- Famílias no Cadastro Único: 17.452
- Famílias no Bolsa-Família – 16.386.
- Número de dependentes : aproximadamente 75.000.
- Cobertura do Bolsa-Família – 97,14% (metas a serem cumpridas 2007 – 298)

O que pensa o usuário da AS?

- A Política Municipal de Assistência Social parte da concepção de “vulnerabilidade” e “risco” social definido pela PNAS/2004 e a NOB/SUAS/2005 para a definição de seus usuários, ou seja, preferencialmente a população com renda per capita familiar de $\frac{1}{2}$ ou $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, o que focaliza o atendimento das necessidades sociais ao mínimo necessário para o combate da extrema pobreza.

O que pensa o usuário da AS

“Bolsa-família é uma ajuda que o governo ajuda as pessoas que não tem muita condições de trabalho” (Usuário do CRAS)

“È uma ajuda que onde as pessoas que não tem condições de vida, eles ajudam mais oferecendo curso para ajuda a pessoa a ter o seu próprio dinheiro” (Usuário do CRAS)

*“Não tenho nada a reclamar, mas sim a agradecer a oportunidade que estão nos dando para aprendermos alguma coisa que nos traga benefícios financeiros. Estamos tendo chance de crescermos”.
(Usuário do CRAS)*

“Foi um ótimo acontecimento, pois muitas famílias vem de certa forma sendo ajudado seja com projetos ou até mesmo com algum tipo de auxílio” (Usuário do CRAS)

O que pensa o usuário da AS?

Em outras falas podemos perceber que há um questionamento, mesmo que não muito claro, sobre o recorte de renda:

“Esperamos: mais assistência para as pessoas que ganha um salário mínimo.” (Usuário do CRAS)

“Ajuda também para aqueles que não recebem salário, mas os necessitados.” (Usuário do CRAS)

“Ter móveis em casa não significa que não precisamos.” (Usuário do CRAS)

O que pensa o usuário da AS?

Outro aspecto que a PNAS/2004 e a NOB/SUAS/2005 traz, e que é executada na PMAS de vitória, é a centralidade nas famílias que é um avanço, mas que precisa ser problematizada. O que podemos perceber, nas falas dos usuários e dos próprios trabalhadores é que assistência social tem sido percebida não como política que deve atender as necessidades sociais, mas tem sido muito enfatizado a questão relacional, o que para Yazbek (2008) pode abrir espaço para moralismos.

“Assistência social significa que a pessoa vai ser orientada” (Usuário do CRAS)

“Buscar união na família” (Usuário do CRAS)

“Amizade” (Usuário do CRAS)

“Como lidar com nossos filhos” (Usuário do CRAS)

“Auxílio a família” (Usuário do CRAS)

“Palestra para ter alimentação saudável” (Usuário do CRAS)

O que pensa o usuário da AS?

A política a assistência social continua isolada em si mesma não tem sido trabalhada na perspectiva da intersetorialidade o que não permite que ela possa alcançar o objetivo da emancipação dos seus usuários.

“A assistência social vem precisando de uma creche porque nem todos os pais consegue colocar seus filhos na creche e as vezes passam necessidades porque não pode trabalhar.” (Usuário do CRAS)

“Auxilio para quem problema de saúde só no tratamento médico.” (Usuário do CRAS)

“Falta de medicamento nos postos de saúde.” (Usuário do CRAS)

“Auxilio para exames que não são feitos nos postos de saúde.” (Usuário do CRAS)

“Auxilio para a compra casa própria ou doação da mesma.” (Usuário do CRAS)

“Recursos para exames não concedidos pelo posto de saúde.” (Usuário do CRAS)

“Vale para compra de medicamentos de alto custo e alimento especial.” (Usuário do CRAS)

“Construir mais casas popular.” (Usuário do CRAS)

O que pensa o usuário da AS?

Outra característica que marca a assistência social é sua tensão com o trabalho que também se evidencia nos projetos da PMAS, bem como nas falas dos usuários.

“Oportunidade para os trabalhadores da uma chance de vida para quem tem esperiencia e quem não tem, vamos trata os trabalhadores com direito iguais.” (Usuário do CRAS)

“Oficinas de informática.” (Usuário do CRAS)

*“Se perguntarem se quero emprego ou os R\$ 300,00. Quero o emprego!”
(Usuário do CRAS)*

“Queremos qualificação e não oficinas” (Usuário do CRAS)

“Cursos de alimentação.” (Usuário do CRAS)

“Oficina de artesanato.” (Usuário do CRAS)

“Oficina de bijuterias.” (Usuário do CRAS)

“Oficina de higiene e beleza” (Usuário do CRAS)

*“Lutar por cursos para maiores de 20 e 30 anos exemplo curso tecnico.”
(Usuário do CRAS)*

“Programa de cursos para menores de 15 anos de orientação para o mercado de trabalho.” (Usuário do CRAS)

Principais Desafios

- Vitória é uma cidade cheia de potencialidades, mas também uma cidade com concentração de riqueza, desigual e injusta;
- a cidade tem que ser para todos e todas – uma cidade coletiva e educadora;
- Uma cidade inclusiva, acolhedora, com respeito aos direitos humanos e solidária;
- Uma cidade que democratiza o poder e constrói novos mecanismos de articulação entre Estado e Sociedade – (re) construir a esfera pública.

Desafios na Concepção e Conteúdo:

- (Re) construir um conceito de Assistência Social que não estigmatize a população pobre de Vitória, que não criminalize a pobreza. A necessidade não deve ser medida apenas sob o ponto de vista da renda per capita e da região em que reside, mas do ponto de vista das necessidades humanas. Este conceito de assistência social precisa ser compartilhado com toda a sociedade e, particularmente compreendido pelos gestores públicos que planejam e operacionalizam este serviço para a população.
- Discutir mais o usuário. O que é emancipação? Qual o parâmetro? Emancipar x alta (a lógica da alta no atendimento e não do referenciamento).
- Insistir na primazia do Estado na condução da Assistência Social e das demais políticas setoriais, num contexto de privatização e focalização do atendimento nos grupos ditos mais vulneráveis.

- Articular a Assistência Social com as demais políticas setoriais. Sem a intersectorialidade, a Assistência Social é uma ação minimalista da pobreza, não garante o acesso à riqueza socialmente produzida em Vitória e não retira a população usuária da condição de pobreza.
- Quebrar a incompatibilidade entre Assistência Social e trabalho. A população atendida nesta área tem uma inserção de classe, da classe trabalhadora. Compreender isso, significa resgatar o papel do sujeito histórico, de um grupo de moradores que fazem parte desta cidade, não são apenas meros „merecedores“ da Assistência Social ou os „inaptos para o trabalho“. E, ainda, atender as necessidades daqueles que vivem do trabalho formal com carteira assinada, mas precário. Sem falarmos daqueles moradores como crianças/adolescentes/jovens, idosos, mulheres que podem em muitos momentos de suas vidas necessitarem da Assistência Social, não por uma questão de renda, mas de necessidade por exemplo de convivência comunitária. O público-alvo originalmente circunscrito aos grupos sociais sem vínculo com o mercado de trabalho, a assistência social passa a ser fortemente pressionada pelos trabalhadores e suas famílias, afetados pelo desemprego, ainda em idade ativa. É o caso por exemplo dos jovens em primeiro emprego. Este é um novo campo para a política.

- Vimos também que a população de Vitória é majoritariamente feminina, com concentração de uma menor renda neste grupo. O enfrentamento da relação de gênero nesta cidade precisa ser realizado.
- Uma cidade coletiva tem que se preocupar com a ocupação de seu território, evitando a constituição dos “guetos” da pobreza. A moradia, principalmente a popular (hoje é 70% das demandas da população atendida nos CRAS) é condição primeira para a dignidade, é o espaço da vida, da convivência. A cidade está cindida, grandes e luxuosos condomínios em detrimento de uma parcela da população sem moradia ou vivendo em condições precárias de ocupação deste território.

Desafios na Gestão e Organização

- A tensão entre a eficiência e a equidade - A contra-reforma do Estado mantém na pauta política essa tensão, pois os processos de privatização e de “publicização” de atividades não exclusivas do Estado prometem maior eficiência no gasto público, porém não asseguram necessariamente a equidade.
- A tensão entre a lógica da tutela ou compaixão e a lógica dos direitos
- Essa tensão mantém-se presente no novo arranjo e gestão da política social, já que a mesma está ancorada na “parceria” entre Estado/sociedade civil/iniciativa privada e num valor social que é a solidariedade (filantropização dos serviços). Estas duas tensões nos desafiam no âmbito da gestão da assistência social. (CARVALHO, 1999)

- Ações metropolitanas principalmente na proteção especial de média e alta complexidade, conforme preconiza o SUAS. Estas proteções são as de maior custo devido o nível de complexidade no atendimento à população.
- Estabelecer uma relação de efetiva co-responsabilidade com organizações não-governamentais e não de transferência de responsabilidade;
- Uma gestão compartilhada, em que o Estado continue com a centralidade na gestão social, mas no modo de processar sua responsabilidade outros sujeitos (fóruns, conselhos, entidades, etc) participam e pressionam por decisões negociadas.
- Articulação e complementaridade entre as esferas de governo: união, estado e município.

- Uma gestão em rede, que exige vínculos horizontais e está ancorada em princípios democráticos e na participação ampla, negociada e propositiva.
- Uma gestão intersetorial ou transetorial, exigindo a conjugação, convergência e integração das políticas e programas setoriais.
- Flexibilização dos programas e serviços, em que esses serviços coletivos estejam combinados com outras modalidades de atendimento que reivindicam a participação do usuário, da família e da comunidade.
- Assegurar que os serviços, programas e projetos sejam planejados localmente.
- Articular os níveis de complexidade (básica, média e alta) que hoje estão organizados por segmentos (idoso, criança/adolescente, jovens, etc).
- Garantir condições financeiras e materiais para consolidação da municipalidade;
- O governo estadual cumprir com suas obrigações perante o SUAS.
- Adequação à NOB/RH/SUAS num contexto de contratos temporários.
- Repensar sobre o monitoramento da política: como construir coletivamente e intersetorialmente os dados sobre a população assistida pela assistência se a base para as pesquisas do município é feita por territórios administrativos e a base de atenção básica segue outra lógica territorial?

- Um novo balanceamento entre políticas universalistas e focalistas.
- A transparência nas decisões, na ação pública, na negociação, na participação.
- Maior profissionalismo dos gestores e demais profissionais numa perspectiva técnico-política.
- A avaliação de políticas e programas sociais, devendo aí se considerar não somente o seu caráter técnico, o custo/benefício, isto é, a eficiência; mas também a sua efetividade (quais as condições da população alvo antes e depois da política); a sua eficácia (o processo da política, se está sendo acessada), colada com a democratização, o controle social. A avaliação nesta perspectiva, será utilizada para o gestor melhorar/qualificar a política de assistência social, como também para o exercício do controle social, como mecanismo de democratização.

Desafios na Controle Democrático da Política

- Democratização das informações relativas às diversas políticas sociais;
- Rearticulação dos diversos conselhos.
- Estimular e viabilizar condições para a maior participação dos usuários, bem como articular os usuários conselheiros;
- Qualificação e capacitação dos conselheiros nos três níveis de governo, bem como dos gestores na perspectiva crítico-propositiva.

Desafios no Financiamento da Assistência Social

- Adequar o orçamento da SEMAS às reais demandas da população do município.
- Garantia de um percentual fixo do orçamento (5%) para o FMAS.
- Criação de mecanismos de estímulo para doações aos fundos de Assistência Social.

Função da Cidade de Vitória na perspectiva da Assistência Social

- Reestruturou a gestão da política de assistência social, ampliando seu caráter técnico-político na perspectiva de garantia dos direitos de todos aqueles que dela necessitam;
- Possui o maior número de profissionais com capacidade teórica, ético-política e técnico-operativa, e vem investindo em capacitação continuada;
- Preocupação com a utilização da pesquisa enquanto um instrumento para subsidiar a gestão nas suas decisões, bem como conhecer os modos e vida da população usuária;
- Vem territorializando o atendimento à população com a implantação de 8 CRAS;
- A experiência das Câmaras Territoriais, enquanto uma das estratégias para a intersetorialidade.

Neste sentido, a cidade pode ser referência na produção de conhecimentos sobre SUAS e sua realidade e, ainda, assessorar os demais municípios para a implantação e/ou consecução deste sistema.

CENÁRIOS

Concepção e conteúdo da Assistência Social	
Cenário 1	O Usuário ainda tem uma visão da assistência social enquanto favor e não enquanto direito
Cenário 2	<ul style="list-style-type: none">- Gradativamente ampliar o atendimento dos grupos considerados “mais vulneráveis” para àqueles que necessitam também da assistência social e possuem renda per capita acima do ¼ do SM.- Continuar insistindo no caráter universal da assistência social – atender a quem dela necessitar, ampliando o atendimento por níveis de proteção e não por segmentos.- Rever a perspectiva teórico-metodológica do trabalho com famílias – da abordagem sistêmica de terapia de família para a de educação popular.- Aprofundar os conceitos de pobreza, exclusão/inclusão/vulnerabilidade, emancipação e autonomia. A categoria a ser trabalhada é pobreza.- Trabalhar a discussão de gênero nos grupos atendidos nos CRAS, CREAS e demais espaços.- Potencialidade: articular com a área de Ciência e Tecnologia para a promoção de estudos/pesquisas na área da seguridade social (tecnologias para melhorar a qualidade de vida dos idosos, pessoas com deficiência, saúde, metodologias do trabalho com famílias, redes, etc)

Gestão e organização da Assistência Social	
Cenário 1	<ul style="list-style-type: none"> - Prioridade de programas de transferência de renda em detrimento de serviços, programas e projetos. - Terceirização da assistência social às entidades: fragilidade na gestão e no atendimento o usuário. - Inexistência de uma Política de Recursos Humanos. - Intersetorialidade entre a Assistência Social e as demais políticas sociais (fragilidade). - Reduzido número de ações metropolitanas
Cenário 2	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar as ações da Assistência Social para os serviços, programas e projetos a serem planejados localmente. - Primazia do Estado na condução da Assistência Social, com uma colaboração vigiada das entidades. - Ter uma Política de Recursos Humanos
Controle democrático da Assistência Social	
Cenário 1	<ul style="list-style-type: none"> - Fragilidade das representações da sociedade civil, particularmente àquelas que defendem interesses coletivos e populares. - O não reconhecimento dos Conselhos enquanto um dos espaços de deliberação da política. - Incipiente e frágil participação do usuário da política.
Cenário 2	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação entre os diversos conselhos e suas respectivas agendas. - Democratizar a gestão pública - Ampliação dos espaços de participação popular a partir dos territórios - Estimular a participação do usuário a partir dos trabalhos realizados nos CRAS

...	Financiamento da Assistência Social
Cenário 1	<ul style="list-style-type: none">- Não execução do orçamento na sua totalidade (20%)- Frágil discussão e transparência do orçamento destinado à Assistência Social- Criação de Fundação para gerir os recursos públicos e contratação de pessoal
Cenário 2	<ul style="list-style-type: none">- Aumentar gradativamente o orçamento e sua execução- Publicização do orçamento- A gerência do orçamento será realizada pelo gestor da política e com o controle social dos conselhos de políticas e de direitos e de outras instâncias de controle.